

Governo não vai modificar rolagem da dívida pública

O Governo não pretende modificar a forma de rolagem da dívida interna, ou seja, o Banco Central manterá a sua programação normal de leilões de títulos públicos para financiar a dívida do Governo. Foi o que disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Luis Antônio Andrade Gonçalves, ao negar notícia de que o Governo modificaria a forma atual de renegociação da dívida interna.

O secretário informou que o leilão de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) realizado ontem pelo Banco Central envolveu Cz\$ 550 bilhões. Desse total, Cz\$ 300 bilhões referem-se a títulos vencíveis em 182 dias, com deságio de 0,22%, e Cz\$ 250 bilhões a títulos vencíveis em 253 dias com deságio de 0,27%. Disse também que a dívida do Governo em títulos no mercado financeiro, atingiu, em outubro,

Cz\$ 30 trilhões 970 bilhões. Além desse montante, o Governo deve mais Cz\$ 15 trilhões 625 bilhões em LTN, que é um título especial referente ao acerto de contas entre o Banco Central e a Secretaria do Tesouro, para zerar a chamada conta movimento. Com a soma desses recursos, a dívida interna atingiu em outubro um total de Cz\$ 46 trilhões 595 bilhões.

Dívida externa

Luis Antônio afirmou que o Governo não pretende modificar a proposta de reescalonamento da dívida de Estados e municípios, com aval do Tesouro, embutida no Orçamento Geral da União (OGU). Eles terão que pagar 25% de sua dívida externa e o Governo rolará os 75% restantes. A grande maioria dos Estados e municípios propõe pagar apenas 10% de suas dívidas e rolar o restante, sob a alega-

ção de dificuldades financeiras. O secretário do Tesouro lembrou, entretanto, que desde 1983 o Governo vem absorvendo estas dívidas, além de conceder empréstimos, sendo que os Estados e municípios não pagaram nem os juros referentes a elas.

De acordo com o secretário, o serviço da dívida externa total do Governo — incluindo Estados e municípios — atingirá em 89, como prevê o OGU, um total de Cz\$ 25,5 bilhões, sendo que serão rolados US\$ 11 bilhões, que representam 43% da dívida. No orçamento do próximo ano, as concessionárias de energia elétrica estão com uma dívida de US\$ 875 milhões e um serviço da dívida de US\$ 239 milhões; a administração direta com US\$ 882 milhões e um serviço de US\$ 256 milhões e as estatais US\$ 756 milhões, com um serviço da dívida de US\$ 86 milhões.